

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em finais de março de 2017, após uma visita à Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia, sede do Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Ministério da Educação sobre a resolução dos problemas desta escola secundária (pergunta n.º 3720/XIII/2.ª).

Em particular, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Ministério da Educação sobre o problema de insuficiência de verbas no Orçamento do Agrupamento, assinalando que, em 2013, antes da criação do Agrupamento, a Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia dispunha de um orçamento de cerca de 150 mil euros e a Escola EB 2,3 Dom Paio Peres Correia de um orçamento de cerca de 80 mil euros; em 2014, as duas escolas em conjunto passaram a dispor de um orçamento de 147 mil euros; em 2015, o orçamento foi reduzido para 126 mil euros; em 2016 sofreu nova redução para 107 mil euros.

A esta diminuição do Orçamento, o Grupo Parlamentar do PCP assinalou ainda o facto de, a partir de 2010, a Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia ter deixado de ter mais de 100 mil euros de fundos comunitários para o financiamento dos cursos profissionais, vocacionais e de Educação e Formação de Jovens, apesar de no ano letivo de 2016/2017 manter em funcionamento 13 turmas destes cursos.

O Ministério da Educação não se dignou responder à pergunta do Grupo Parlamentar do PCP, atitude que configura um profundo desrespeito pela comunidade educativa do Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia.

Recentemente, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia dirigiu uma carta ao Grupo Parlamentar do PCP manifestando a sua enorme preocupação com a dificuldade do Agrupamento em assegurar o funcionamento de cursos profissionais devido à falta de verbas no Orçamento destinadas a esse fim. Se nada for feito, tal circunstância impedirá o Agrupamento de manter esses cursos em funcionamento.

Esta é uma situação inaceitável! Entende o PCP que o Estado tem de assumir plenamente as suas responsabilidades no financiamento do ensino profissional, devendo o Ministério da Educação dotar o Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia de um Orçamento adequado que lhe permita assegurar, com qualidade, o funcionamento dos cursos profissionais.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério da Educação, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Porque motivo não respondeu o Ministério da Educação à pergunta n.º 3720/XIII/2.ª do PCP? Reconhece o Ministério da Educação que tal atitude configura um profundo desrespeito pela comunidade educativa do Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia?
2. Que medidas tomou o Ministério da Educação para resolver os problemas do Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia, em particular aqueles decorrentes da insuficiência do Orçamento?
3. Irá o Ministério da Educação proceder ao reforço do Orçamento do Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia, permitindo-lhe assegurar um ensino profissional de qualidade? Quando e que montante?

Palácio de São Bento, 22 de junho de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)